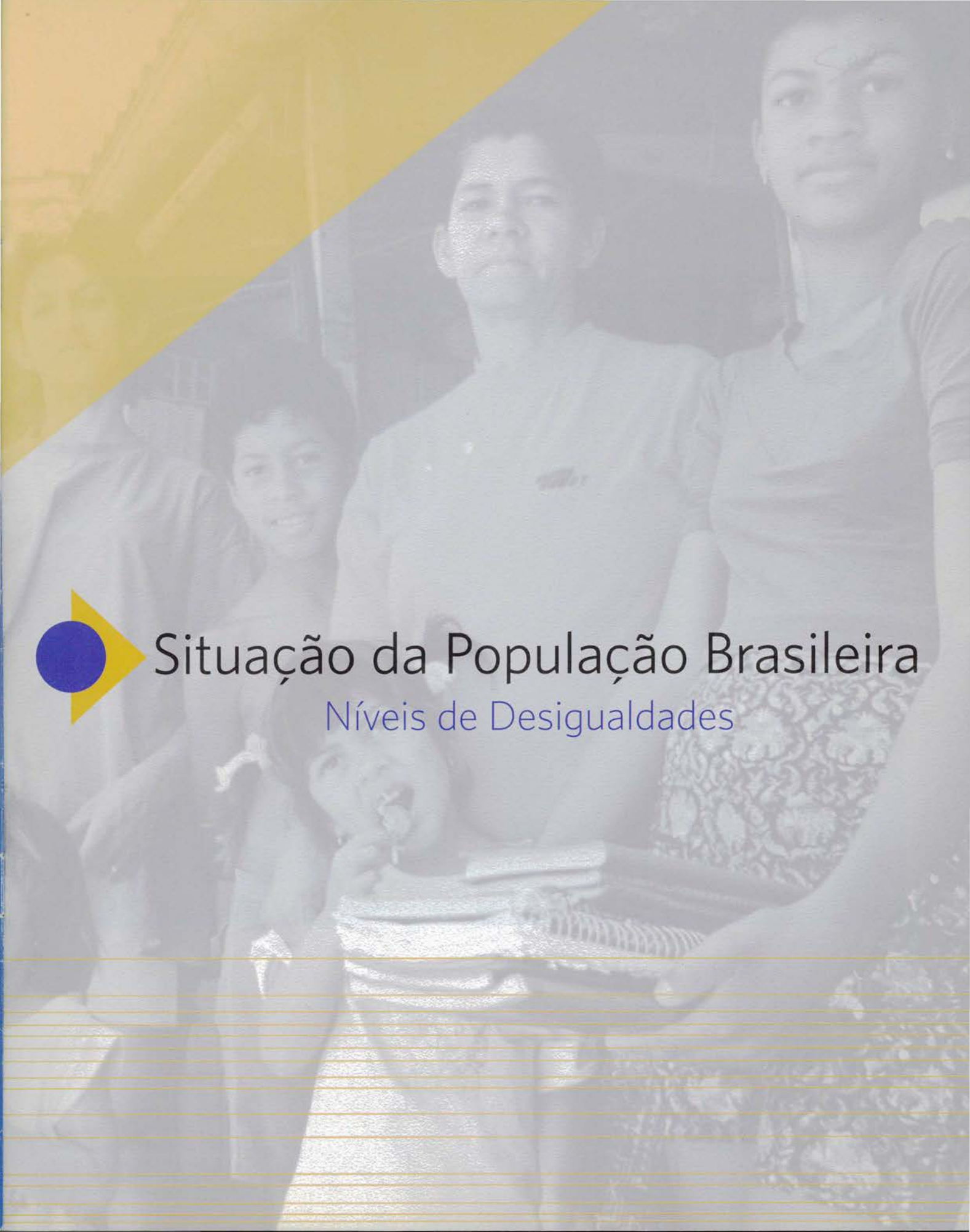
Situação da População Brasileira

2002

IBGE
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

UNFPA
Fundo de População
das Nações Unidas



Situação da População Brasileira

Níveis de Desigualdades

A Situação da População Brasileira 2002

Publicação: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Fundo de População das Nações Unidas - UNFPA

IBGE: Sérgio Besserman Vianna
Presidente

UNFPA: Rosemary Barber-Madden
Representante no Brasil

Autores: Diretoria de Pesquisas/
Departamento de População e
Indicadores Sociais - IBGE

Edição e Arte: Comunicata Comunicação & Marketing

Impressão: Athalaia Gráfica e Bureau

Apresentação

Estima-se que no mundo haja um bilhão de pessoas vivendo com 2 dólares por dia ou menos. Freqüentemente, o desenvolvimento tem se desviado dos pobres e ampliado as diferenças. As Metas de Desenvolvimento do Milênio foram estabelecidas para reduzir à metade o número de pessoas vivendo na miséria. Sem dúvida, essas metas representam um compromisso com os direitos humanos.

A análise dos fatores populacionais é fundamental para a compreensão da pobreza e da desigualdade e para o desenvolvimento de estratégias para reduzí-las. Daí a importância de informações e reflexões atualizadas sobre a situação da população mundial e de cada uma das nações do mundo.

Este "Situação da População Brasileira 2002", preparado pelo IBGE, vem completar o relatório mundial do UNFPA, Situação da População Mundial 2002. É uma resposta do Brasil à necessidade cada vez maior de se conhecer a realidade para poder atuar sobre ela da melhor forma possível.

O documento brasileiro examina a desigualdade à luz dos fatores demográficos, da urbanização, da estrutura etária, da renda, do saneamento básico, da educação, de raça e etnia, e de gênero. Em todo o relatório há a preocupação em oferecer insumos para que o Brasil se conheça melhor e, assim, aja no sentido de colaborar para que o mundo alcance mais rapidamente as Metas de Desenvolvimento do Milênio.

Sérgio Besserman Vianna
Presidente do IBGE

Rosemary Barber-Madden
Representante do UNFPA no Brasil

IBGE
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

UNFPA
Fundo de População
das Nações Unidas

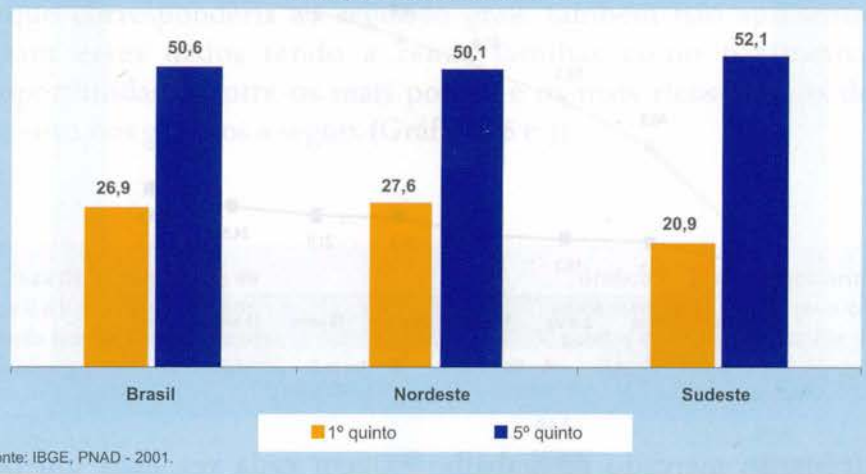
Introdução

As questões relativas a desenvolvimento, população e pobreza têm tido destaque especial nas discussões ocorridas no mundo e, também, no Brasil, sobretudo no tocante a estratégias de ação, tanto por parte dos governos quanto da sociedade civil. Diversos esforços têm sido feitos para identificar as populações em situação de pobreza e definir políticas públicas que possam alcançá-las. Existem vários métodos de medição de pobreza, porém, dada a complexidade do fenômeno, as dificuldades são grandes e a escolha por um ou outro torna-se um desafio. O Brasil não tem uma linha de pobreza oficial, porém algumas linhas têm sido divulgadas por órgãos e pesquisadores independentes.

A Comissão de Estatística das Nações Unidas criou um grupo de especialistas para avaliar as práticas mais recomendáveis para medição da pobreza. Constituiu-se então o "Grupo de Rio"

De fato, o acesso à escola para a população jovem de 18 a 24 anos, faixa etária correspondente ao ensino superior, ainda se encontra restrito a certos segmentos sociais, cujo rendimento familiar seja mais favorável. No conjunto desse grupo etário, apenas 34% freqüentam um estabelecimento de ensino. Entre esses, são muito poucos aqueles que pertencem a famílias com baixo rendimento (primeiro quinto da distribuição do rendimento familiar ou nos 20% mais pobres) – 26,7%, enquanto no quinto superior (20% mais ricos) a proporção se eleva para 50,6%. (Gráfico 10)

Gráfico 10 - Taxa de escolarização dos jovens de 18 a 24 anos de idade por quintos de renda domiciliar *per capta*. Brasil, Nordeste e Sudeste - 2001



Fonte: IBGE, PNAD - 2001.

No exame dos dados referentes ainda ao nível de ensino freqüentado pelo grupo de jovens de 18 a 24 anos, levando em consideração a sua renda familiar, mais da metade (52,2%) cursa o ensino fundamental, demonstrando grande atraso no fluxo escolar. Por outro lado, encontram-se nesse nível de ensino apenas 4,1% daqueles advindos de famílias mais bem situadas financeiramente. Esse grau de desigualdade pode ser verificado também nas proporções de jovens que freqüentam o ensino superior, conforme mostrado na tabela 4.

Tabela 4 - Estudantes de 18 a 24 anos de iadade por nível de ensino e classes de rendimento familiar *per capita* - Brasil - 2001

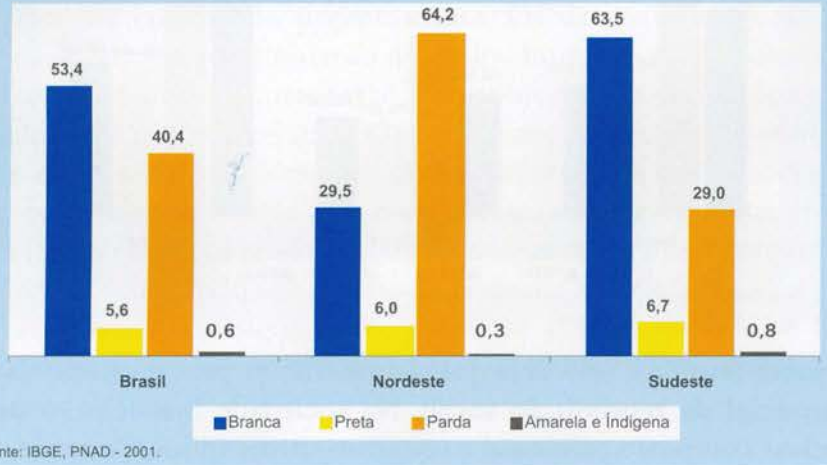
Nível de ensino	Total	Até 1/2	Mais de 2
Fundamental	24,9	52,2	4,1
Médio	42,5	42,8	25,0
Superior	26,3	2,1	60,9
Outros níveis	6,3	2,9	10,0

Fonte: IBGE, PNAD 2001

2.3 - Desigualdades Raciais

A questão das diferenças étno-raciais tem sido recorrente nos estudos sobre o fenômeno da desigualdade na sociedade brasileira. A análise de alguns indicadores de acordo com a cor da população confirma a existência de diferenças significativas. A população que se declara branca atinge quase 54%, a negra 5,6%, a parda 40,4% e os amarelos e indígenas não chegam a 1%. O gráfico 11 mostra como regionalmente essa distribuição é diferenciada; no Sudeste a proporção de pessoas que se declaram brancas é bem mais elevada do que no Nordeste.

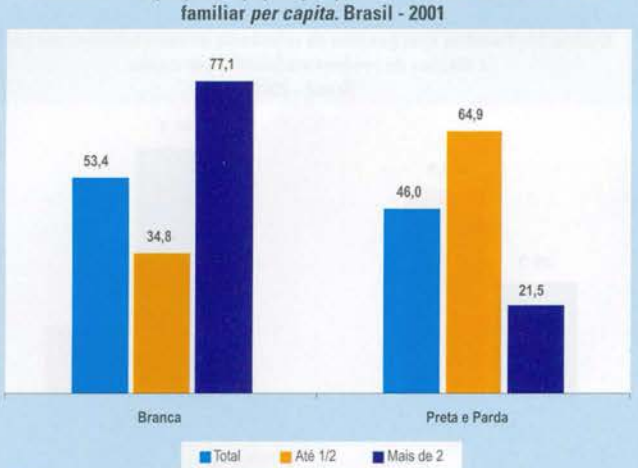
Gráfico 11 -Distribuição da população por cor. Brasil, Nordeste e Sudeste - 2001



Fonte: IBGE, PNAD - 2001.

Todavia, quando se analisam os dados da população que vive com até 1/2 SM de rendimento familiar *per capita*, levando em consideração a cor, observa-se que apenas 34,8% se declararam brancas, enquanto 64,9% se declararam de cor preta e parda, revelando uma sub-representação das pessoas brancas nesse conjunto. No outro extremo, pessoas em famílias com rendimento superior a 2 SM, a sub-representação é relativa às pessoas negras e pardas. Tais resultados evidenciam as desigualdades de cor e raça existentes na sociedade brasileira, principalmente em relação à renda familiar. (Gráfico 12)

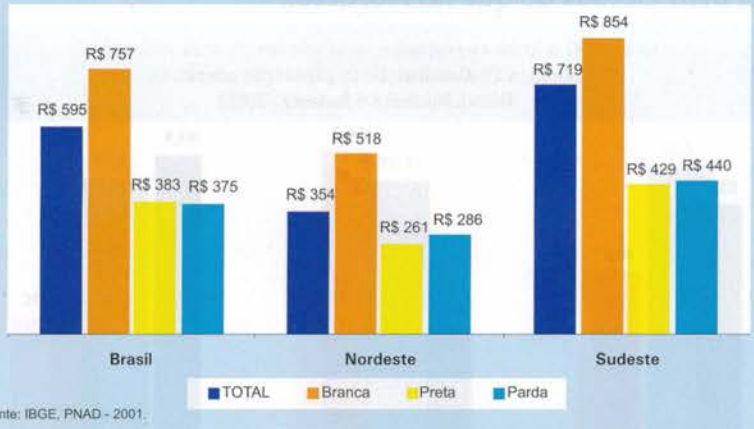
Gráfico 12 - Proporção da população por cor e classes de rendimento familiar *per capita*. Brasil - 2001



Fonte: IBGE, PNAD - 2001.

As informações sobre o rendimento médio mensal auferido pelas pessoas ocupadas confirmam a tônica da desigualdade existente entre as populações de cor branca e preta e parda, sobretudo quanto à inserção no mercado de trabalho. As pessoas ocupadas de cor preta e parda ganhavam, em 2001, rendimento médio mensal significativamente inferior ao dos ocupados de cor branca, conforme pode ser verificado no gráfico 13.

Gráfico 13 - Rendimento médio em Reais dos ocupados por cor. Brasil, Nordeste e Sudeste - 2001

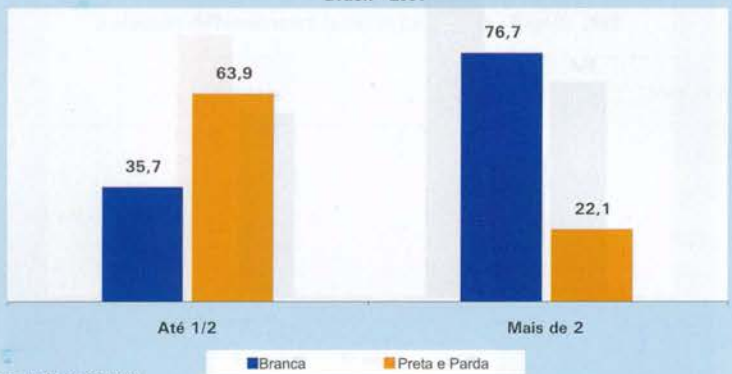


Fonte: IBGE, PNAD - 2001.

Os indicadores sobre família e seus arranjos são relevantes para o estudo da família considerada como núcleo fundamental de reprodução social. Na sociedade brasileira, o tipo mais comum de arranjo é ainda o nuclear composto pelo casal e seus respectivos filhos. Contudo, nas últimas décadas, vem assumindo crescente importância o arranjo constituído pela mulher sem cônjuge residindo com filhos.

Esses indicadores analisados pela cor da pessoa de referência da família mostram que, entre as famílias brancas, mais da metade situava-se no modelo nuclear, enquanto cerca de 27% tinham uma mulher como pessoa de referência. Entre as famílias pretas e pardas esse percentual é bem mais elevado. Quando se analisam os dados referentes às famílias de mulheres responsáveis pobres (com até 1/2 SM *per capita*) pela cor, observa-se que quase 64% são famílias com mulheres de referência de cor preta e parda. Em contrapartida, nas famílias de chefia feminina, cujo rendimento ultrapassa 2 SM *per capita*, as famílias de mulheres pretas e pardas estão subrepresentadas, atingindo apenas 22,1%.

Gráfico 14 - Famílias com pessoas de referência do sexo feminino por cor e classes de rendimento familiar *per capita*. Brasil - 2001



Fonte: IBGE, PNAD - 2001.

Conclusão

Apesar dos ganhos obtidos em vários indicadores durante a última década, ainda há longo percurso a ser feito para minimizar as desigualdades sociais no Brasil. O papel desempenhado por algumas políticas públicas nas últimas décadas tem sido importante no sentido de buscar a universalização do acesso a serviços essenciais, sobretudo nas áreas de educação e saúde. Em alguns Estados das regiões Sul e Sudeste, a melhora de tais indicadores, não foi ainda suficiente para atingir os patamares de países latino-americanos socialmente mais equânimes.

A permanência da situação de carências sociais no Nordeste do país tornou-se um problema permanente que precisa ser enfrentado urgentemente. Os danos da exclusão social vão além da perpetuação da pobreza, atrasando a acumulação de capital humano, crucial na redução da mesma.

No presente texto, procurou-se apresentar um conjunto de indicadores que expressam as condições de desigualdade e pobreza relativa. O segmento populacional que vive com rendimento médio mensal de até meio salário mínimo *per capita* apresenta atributos sócio-econômicos pouco favoráveis, sobretudo quando comparados com o segmento populacional que vive com rendimentos superiores a 2 SM. Em linhas gerais, os resultados encontrados mostram-se razoavelmente cristalizados durante as últimas décadas, delineando um quadro de pequena mobilidade.

Com pequenas variações, tais desigualdades pouco se alteram quando se trata de indicadores educacionais, de saneamento básico ou de diferenças étnicas, independentemente das melhorias ocorridas durante os anos 90.

Referências Bibliográficas

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS 2001: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. CD-ROM.

SÍNTESE DE INDICADORES SOCIAIS 2000 / IBGE: Rio de Janeiro 2001.

CENSO DEMOGRÁFICO 2000 / IBGE: Rio de Janeiro 2001.

TABULAÇÃO AVANÇADA DO CENSO DEMOGRÁFICO 2000 / IBGE: Rio de Janeiro 2002.

WORLD BANK, World Development Indicators 1998.

TOLOSA, H.C., "Pobreza no Brasil: uma avaliação dos anos 80", In: A Questão Social no Brasil – Fórum Nacional, Org. João Paulo dos Reis Veloso, Nobel, 1991.

FERREIRA E LITCHFIELD, In: "Desigualdade e Pobreza no Brasil" Org. Ricardo Henriques / IPEA: Rio de Janeiro 2000.

ROCHA 1998 – " On Statistical Mapping of Poverty: Social Reality, Concepts and Measurement" Texto de Discussão n° 553 – Rio de Janeiro: IPEA, 1998.

IBGE
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

UNFPA
Fundo de População das Nações Unidas

IBGE
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

UNFPA
Fundo de População
das Nações Unidas